



Economia do Mar em **PORTUGAL**

Documento de Suporte à Estratégia Nacional para o Mar

Sumário Executivo



**GOVERNO DE
PORTUGAL**

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO MAR, DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

dezembro 2012

ECONOMIA DO MAR EM PORTUGAL

(DOCUMENTO DE SUPORTE À ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O MAR)

SUMÁRIO EXECUTIVO

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. ENQUADRAMENTO

O objetivo central da Estratégia Nacional para o Mar (ENM) é o de “aproveitar melhor os recursos do Oceano e das zonas costeiras, promovendo o desenvolvimento económico e social de forma sustentável e respeitadora do ambiente”, tendo subjacente o princípio de que “Portugal terá que alicerçar solidamente a sua economia no maior recurso que possui – o Oceano”.

Trata-se de uma estratégia nacional de desenvolvimento de médio e longo prazo que deve ser sujeita a avaliação sistemática e recorrente para correção de trajetória. Se é possível determinar o valor económico atual associado ao mar é fundamental ter presente neste modelo o valor potencial que os recursos marinhos de Portugal podem encerrar e a sua importância enquanto legado para as gerações futuras. A par do valor mercantil das atividades da economia do mar, evidenciado neste documento, o oceano encerra outros benefícios económicos, que não tendo expressão de mercado, são relevantes, não devendo a sua importância ser menosprezada nos processos de tomada de decisão.

No contexto europeu Portugal apresenta-se como uma Nação marítima na sua globalidade, em que toda a zona emersa é representada geograficamente como uma zona costeira. Este é um posicionamento relevante como princípio de análise da economia do mar, numa lógica de avaliação dos setores que dependem direta ou indiretamente do Oceano. Por outro lado, e ainda neste enquadramento, o mar de Portugal pode assim afigurar-se como um desígnio nacional, motor de coesão social e integridade territorial.

O presente documento apresenta os resultados de um primeiro exercício de monitorização socioeconómica e cenarização de apoio à Estratégia Nacional para o Mar, e lança as bases para os instrumentos de suporte, neste domínio, ao pensamento e ação estratégicos. Como subprodutos, mas não menos importantes, resultados desta natureza permitem dar resposta atempada e coerente no contexto de outros processos, a saber, a Política Marítima Integrada (PMI), a Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM), o Processo Regular de Avaliação do Estado do Meio Marinho, incluindo aspectos socioeconómicos (*Regular Process*, Nações Unidas), entre outros.

O Mar Portugal, enquanto território em que o recurso é objeto de análise, deve ser protegido, pelo que é determinante incorporar boas práticas ambientais nas atividades desenvolvidas e aplicar medidas de proteção e valorização do recurso, mas é igualmente relevante apurar os custos inerente à proteção deste meio marinho. Uma análise desta natureza permite determinar os custos atuais incorridos pelos diferentes setores, dando uma indicação de quem paga o quê, e, portanto, uma imagem da partilha de custos entre os agentes envolvidos. Esta informação permite representar o quadro dos custos financeiros em aplicação para a proteção do meio marinho e é determinante para avaliação de futuras medidas a aplicar para garantir a monitorização e o bom estado das águas marinhas até 2020.

Tendo presente a abrangência da análise esta é uma área de avaliação integrada pioneira em Portugal, para o meio marinho, que estabelece os alicerces para trabalho futuro.

2. ASPETOS METODOLÓGICOS

A análise económica e social dos usos e atividades da economia do mar seguiu uma metodologia baseada na análise das Contas Nacionais, complementada por informação adicional decorrente de estatísticas oficiais, a destacar as Contas Económicas da Pesca, o Sistema de Contas Integrado das Empresas, a Produção Aquícola em Portugal Continental e as Contas Satélite do Turismo. Esta opção metodológica permite garantir uma análise consistente, comparabilidade entre setores e comparações internacionais.

Esta análise partiu da necessidade de avaliar o VAB dos setores/atividades abrangidos pela DQEM (2012), procurando a compatibilização com a nomenclatura utilizada no estudo de referência “Hypercluster da Economia do Mar” (2009). Note-se que não é possível refazer exatamente os cálculos do VAB, Produção e Emprego diretos para o ano de 2006, em virtude de ter havido alterações metodológicas nas Contas Nacionais, a nível europeu e nacional, a partir de 2006, designadamente ao nível da nomenclatura CAE (Rev. 2.1. para Rev.3) e do ano base (2000 para 2006).

O presente estudo utiliza dados das Contas Nacionais Anuais (CAE Rev.3 - base 2006) e apura os efeitos diretos de um conjunto de setores, identificados como economia do mar, no VAB, no Emprego e na Produção nacionais, para o período 2006-2010. O apuramento dos efeitos indiretos obrigaria a cálculos mais complexos que não foram realizados nesta fase.

O presente relatório segue, no que se refere à análise dos usos e atividades mercantis, a metodologia utilizada para a DQEM, subdivisão do continente, mas alarga o âmbito geográfico dos resultados às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, no que respeita às atividades consideradas no “Turismo e Lazer”, em particular no Turismo costeiro.

Chama-se a atenção para o facto de existirem algumas pequenas diferenças relativamente aos valores de VAB setoriais estimados e apresentados nas Estratégias Marinhas desenvolvidas ao abrigo da DQEM, referentes a 2009, que derivam de atualizações de dados ou de melhoria das hipóteses para as estimativas.

Procedeu-se ainda a análises de sensibilidade no que respeita ao contributo do “Turismo e lazer”, em particular do Turismo costeiro. Na hipótese base o Turismo costeiro engloba apenas as atividades exercidas no litoral (NUTs III do litoral no continente mais Regiões Autónomas (RAs)), com exceção das NUTs da Grande Lisboa e do Grande Porto, por se considerar que nessas zonas geográficas a atividade turística é exercida por diversos outros motivos, independentemente da proximidade do mar. Contudo, considera-se relevante comparar os valores obtidos para o contributo da economia do mar na economia nacional, considerando também o contributo do Turismo na região da Grande Lisboa (Sensibilidade 1), com o argumento de Lisboa ter sido a capital dos descobrimentos e continuar a ser uma cidade cuja atratividade cultural gira muito em torno dos monumentos e elementos marítimos. Adicionalmente efetuaram-se os mesmos cálculos englobando a atividade turística nas duas grandes áreas urbanas nacionais: as regiões da Grande Lisboa e do Grande Porto (Sensibilidade 2). Considerou-

se ainda uma quarta hipótese em que se assumiu que todo o território nacional pode ser considerado como costeiro, à semelhança do que é considerado no contexto União Europeia, para a Política Marítima Integrada (Sensibilidade 3). De facto, embora para efeitos da DQEM se tenham considerado apenas atividades que exercessem possíveis pressões e impactes no ambiente marinho, numa ótica mais abrangente Portugal pode ser considerado um território marítimo no seu todo, o que permite projetar o país em termos estratégicos, através de três valias essenciais: imagem global histórico-cultural de país marítimo, importância geopolítica no contexto internacional, designadamente europeu e dinamização da economia pela via das atividades ligadas direta e indiretamente ao mar.

Para a análise dos custos de proteção do meio marinho aplicou-se uma metodologia baseada nos custos das medidas já adotadas para prevenção da degradação do meio marinho. Optou-se por esta metodologia por ser a que permitiria obter resultados em tempo útil para a elaboração das Estratégias Marinhas desenvolvidas no contexto da DQEM. A análise focou-se nos setores/ atividades com maior expressão económica e com maiores pressões potenciais, e que, portanto, têm sido alvo de maior pressão regulatória. Foram analisados, segundo esta ótica, os setores das pescas, aquicultura, transporte marítimo, atividade portuária, controlo de poluição de atividades em terra e prevenção e combate à poluição no mar. A análise realizada é predominantemente qualitativa.

Os montantes de ordem financeira que foi possível obter, relacionados com as atividades relevantes identificadas, permitem construir estimativas para o custo anual de proteção do meio marinho, através duma metodologia de imputação simplificada, mas coerente. É assim possível dispor de valores para efeitos de comparações setoriais e outros. Apesar disso, estas estimativas devem ser encaradas como uma primeira aproximação ao cálculo dos custos de degradação, provavelmente avaliados por defeito, devendo, por isso ser melhorados no futuro.

No que se refere aos serviços dos ecossistemas marinhos e costeiros, nomeadamente à sua valoração, não se dispõe, à data, de compilação exaustiva sobre os estudos publicados relativamente a Portugal. Assim, procurou-se evidenciar a importância destes serviços para a economia do mar e apresentar a sistematização da nomenclatura adoptada no contexto internacional, em documentos de relevância para a temática.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS – ANÁLISE ECONÓMICA DOS USOS E ATIVIDADES DE MERCADO

Neste documento apresentam-se valores para alguns indicadores socioeconómicos relevantes, designadamente o Valor Acrescentado Bruto (VAB), a Produção e o Emprego, para um conjunto de usos e atividades mercantis da economia do mar, em Portugal, e para o período 2006 a 2010. O âmbito dos apuramentos é nacional, abrangendo o continente e as Regiões Autónomas.

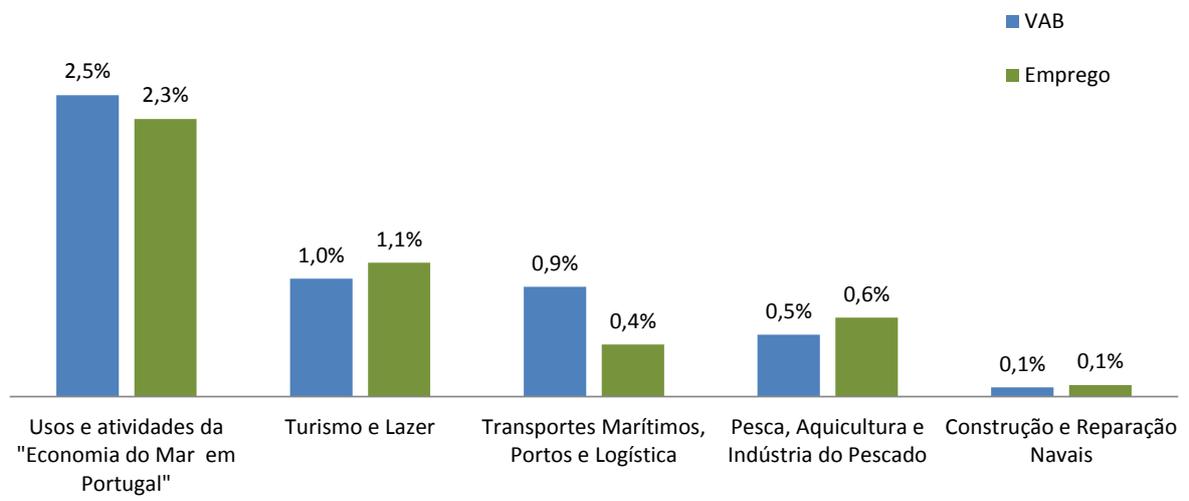
Na Tabela i.1 apresenta-se um resumo dos principais indicadores por atividade/setor analisado. Em 2010 o VAB total dos setores analisados foi de 3730 M€, o que representou 2,5% do VAB da economia portuguesa nesse ano. Este valor representa apenas a importância direta das atividades analisadas, não considerando os efeitos indiretos na economia, através da aquisição de bens e serviços a outros setores, e do rendimento que proporcionam às famílias através do emprego que geram. A análise efetuada permite, contudo, verificar que o peso dos setores analisados na estrutura da economia portuguesa aumentou ligeiramente no período analisado, passando de 2,2% em 2006, para 2,5% em 2010.

O Emprego total dos usos e atividades da economia do mar em Portugal, aproximou-se, em 2010, dos 109 mil empregados, em equivalente a tempo completo (ETC), o que correspondeu a 2,3% do Emprego da economia nacional. Entre 2006 e 2010 os valores do emprego na economia do mar variaram entre os 106 mil, em 2007, e os 109 mil empregados, em 2008, 2009 e 2010, enquanto o seu peso no Emprego nacional variou entre 2,1% e 2,3%.

O valor da Produção dos usos e atividades da economia do mar em Portugal atingiu os 8174 M€ em 2010, o que correspondeu a 2,4% da Produção nacional. O peso da produção da economia do mar na produção nacional variou entre 2,3% e 2,4%, de 2006 para 2010.

A Figura i.1. permite visualizar o contributo dos principais usos e atividades da economia do mar em Portugal, para o VAB e para o Emprego nacionais, enquanto a Tabela i.1. apresenta um retrato da situação socioeconómica em 2010, último ano em que existem dados disponíveis das Contas Nacionais Anuais.

Figura i.1- Contributo das Atividades da Economia do Mar para o VAB e Emprego nacionais, 2010



Fonte: DGPM

Tabela.i.1- Resumo dos principais indicadores socioeconómicos

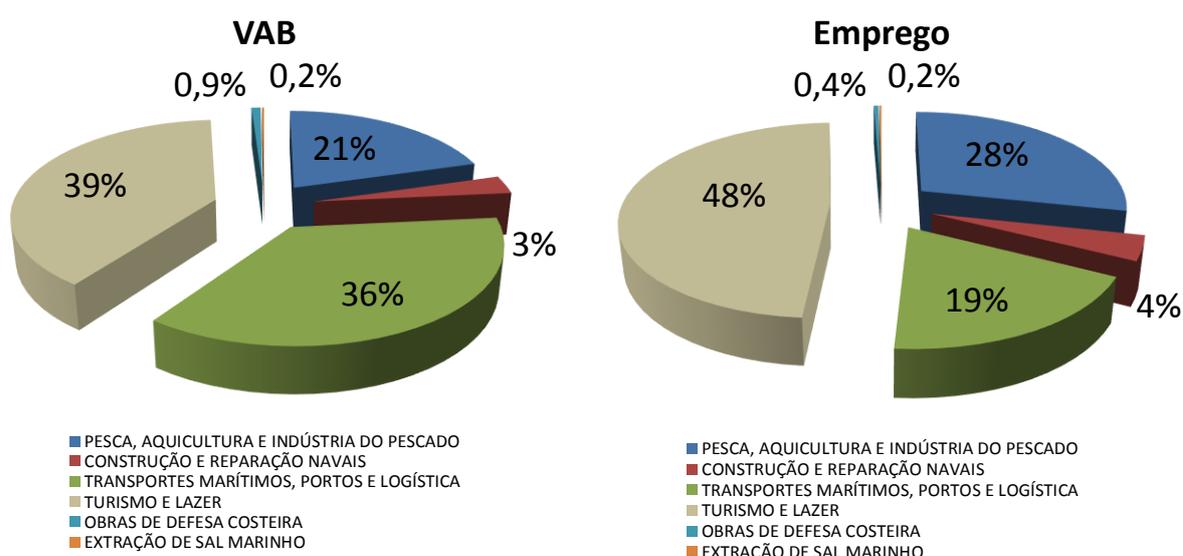
Atividade	Classificação CAE Rev.3 (total ou parcial)	Indicadores socioeconómicos 2010						Fontes de informação
		VAB		Emprego		Produção		
		(10 ⁶ €)	Peso na econo- mia (%)	(10 ³ ETC)	Peso na econo- mia (%)	(10 ⁶ €)	Peso na econo- mia (%)	
TOTAL DA ECONOMIA NACIONAL		151.413		4.793		323.612		1) INE, Contas Nacionais Anuais
ECONOMIA DO MAR		3.730	2,5	109	2,3	8.174	2,4	
USOS E ATIVIDADES ESTABELECIDAS								
1.PESCA, AQUICULTURA E INDÚSTRIA DO PESCADO		763,1	0,5	30,9	0,6	1.772,8	0,6	1) INE, Contas Económicas da Pesca 2) INE, Contas Nacionais Anuais 3) INE, Sistema de Contas Integrado das Empresas 4) DGRM, Produção Aquícola em Portugal Continental
Pesca comercial	031	367,4		11,3		559,8		
Indústria transformadora de produtos da pesca e da aquicultura	1020, 4723, 46230 e 702	371,3 169,6 (CAE 1020)		17,3 7,2 (CAE 1020)		1.168,8 788,1 (CAE 1020)		
Aquicultura	0321	24,3		2,3		44,2		
Apanha de algas e outros produtos para alimentação	Englobado em 031 Produção: Parte da pesca relativa à apanha de algas	-		-		0,2		DGRM
2.CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAIS	301, 3315 e 38313p	113,4	0,1	4,4	0,1	346,2	0,1	2) INE, Contas Nacionais Anuais 3) INE, Sistema de Contas Integrado das Empresas 5) Informação do IPTM e da APA
3.TRANSPORTES MARÍTIMOS, PORTOS E LOGÍSTICA		1.358,4	0,9	20,4	0,4	3.018,6	0,8	
Atividade portuária	4291p, 521p, 5222, 5224p, 5229p, 7490p e 77340	1.230,4		17,7		2.571,5		
Transporte marítimo	50	128,0		2,7		447,1		
Do qual cruzeiros	501	9,3		0,7		32,6		

Atividade	Classificação CAE Rev.3 (total ou parcial)	Indicadores socioeconómicos 2010						Fontes de informação
		VAB		Emprego		Produção		
		(10 ⁶ €)	Peso na econo- mia (%)	(10 ³ ETC)	Peso na econo- mia (%)	(10 ⁶ €)	Peso na econo- mia (%)	
4. TURISMO E LAZER		1.456,6	1,0	52,4	1,1	2.894,2	0,9	
Turismo costeiro (inclui utilização balnear)	55p,56p,79p,90p,91p e 932p (apenas parte correspondente às NUT III do litoral do continente e RAs, exceto Grande Lisboa e Grande Porto)	1.355,6		48,8		2.723,7		2) INE, Contas Nacionais Anuais 3) INE, Sistema de Contas Integrado das Empresas 6) INE, Contas Satélite do Turismo
Náutica (inclui Turismo náutico - Náutica de recreio e Náutica desportiva- e Formação e ensino)	931p (apenas parte correspondente às NUT III do litoral do continente e RAs, exceto Grande Lisboa e Grande Porto), 4614p,4669p, 4764p,4677p,4942p e 855p	101,0		3,6		170,4		
5.OBRAS DE DEFESA COSTEIRA	4291p	31,9	0,02	0,5	0,01	128,2	0,03	2) INE, Contas Nacionais Anuais 3) INE, Sistema de Contas Integrado das Empresas 5) Informação do IPTM e da APA
6.EXTRAÇÃO DE SAL MARINHO	08931	6,9	0,00	0,2	0,00	13,8	0,00	2) INE, Contas Nacionais Anuais 3) INE, Sistema de Contas Integrado das Empresas
7.ATIVIDADES EDUCATIVAS E DE I&D		n.d.		n.d.		n.d.		
8. OUTROS USOS E ATIVIDADES		n.d.		n.d.		n.d.		

n.d.- Informação não disponível; INE – Instituto Nacional de Estatística; APA – Agência Portuguesa de Ambiente; DGRM – Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos; IPTM – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos

As atividades da economia do mar que mais contribuíram para o VAB, em 2010, foram, por ordem decrescente, o Turismo e lazer, os Transportes marítimos, portos e logística, a Pesca, aquicultura e indústria do pescado, a Construção e reparação navais, as Obras de defesa costeira e a Extração de sal marinho. A representação em termos de Emprego foi também superior no Turismo e lazer, seguida da Pesca, aquicultura e indústria do pescado, Transportes marítimos, portos e logística, Construção e reparação navais, Obras de defesa costeira e Extração de sal marinho (Figura i.2.)

Figura i.2.– Estrutura do VAB e do Emprego dos usos e atividades da Economia do Mar, 2010

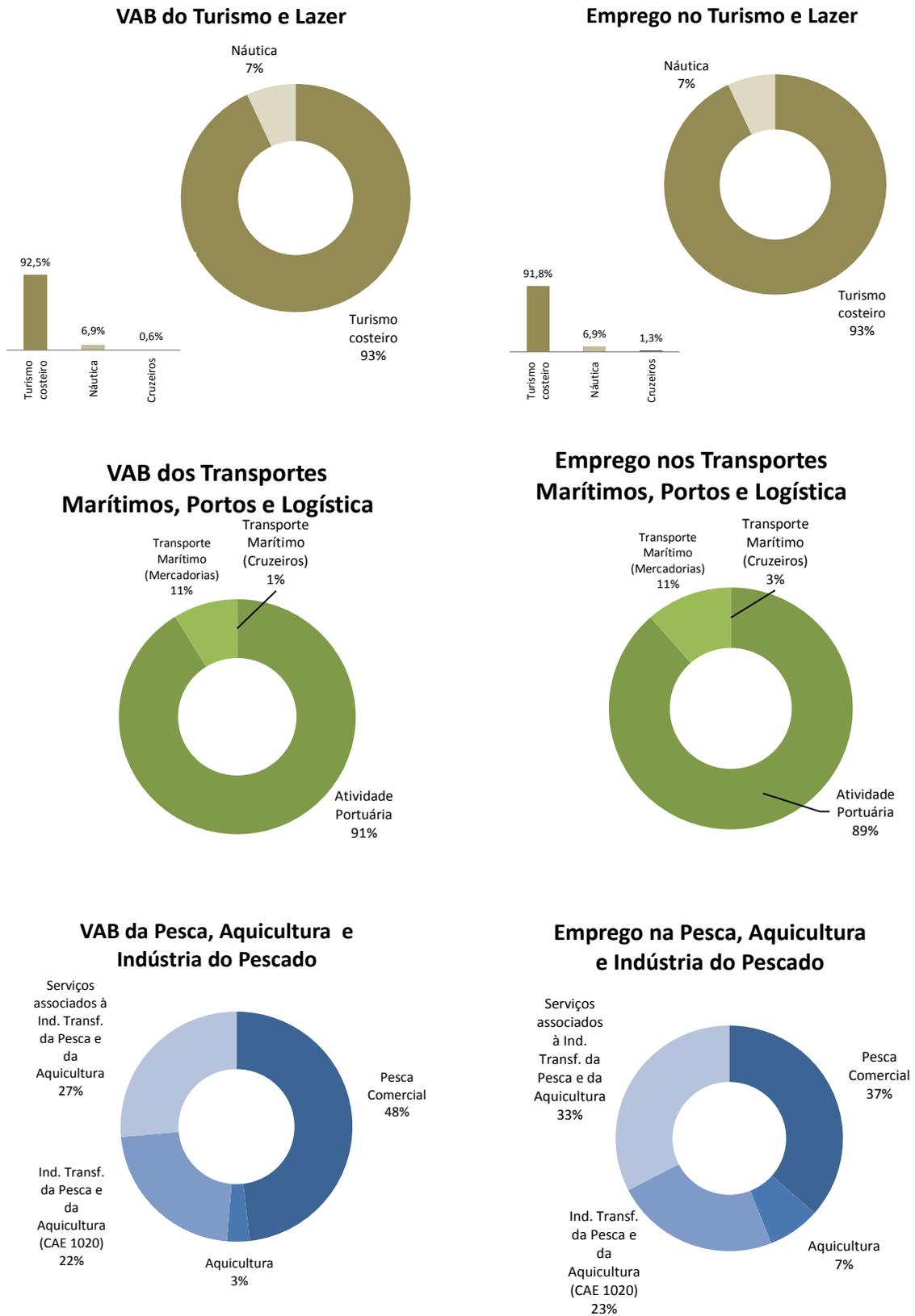


Fonte: DGPM

A repartição mais desagregada do VAB e do Emprego, nos setores com maior expressão, Turismo e lazer, Transportes marítimos, portos e logística e Pesca, aquicultura e indústria do pescado (Figura i.3.) evidencia:

- a fraca relevância do segmento “Náutica”, no conjunto das atividades de “Turismo e lazer”, bem como do segmento “Cruzeiros”, se agregados àquele grande grupo de atividades;
- o maior peso da Atividade portuária relativamente ao Transporte marítimo no conjunto dos Transportes marítimos, portos e logística;
- a importância ainda pequena da Aquicultura, no conjunto da Pesca, aquicultura e indústria do pescado.

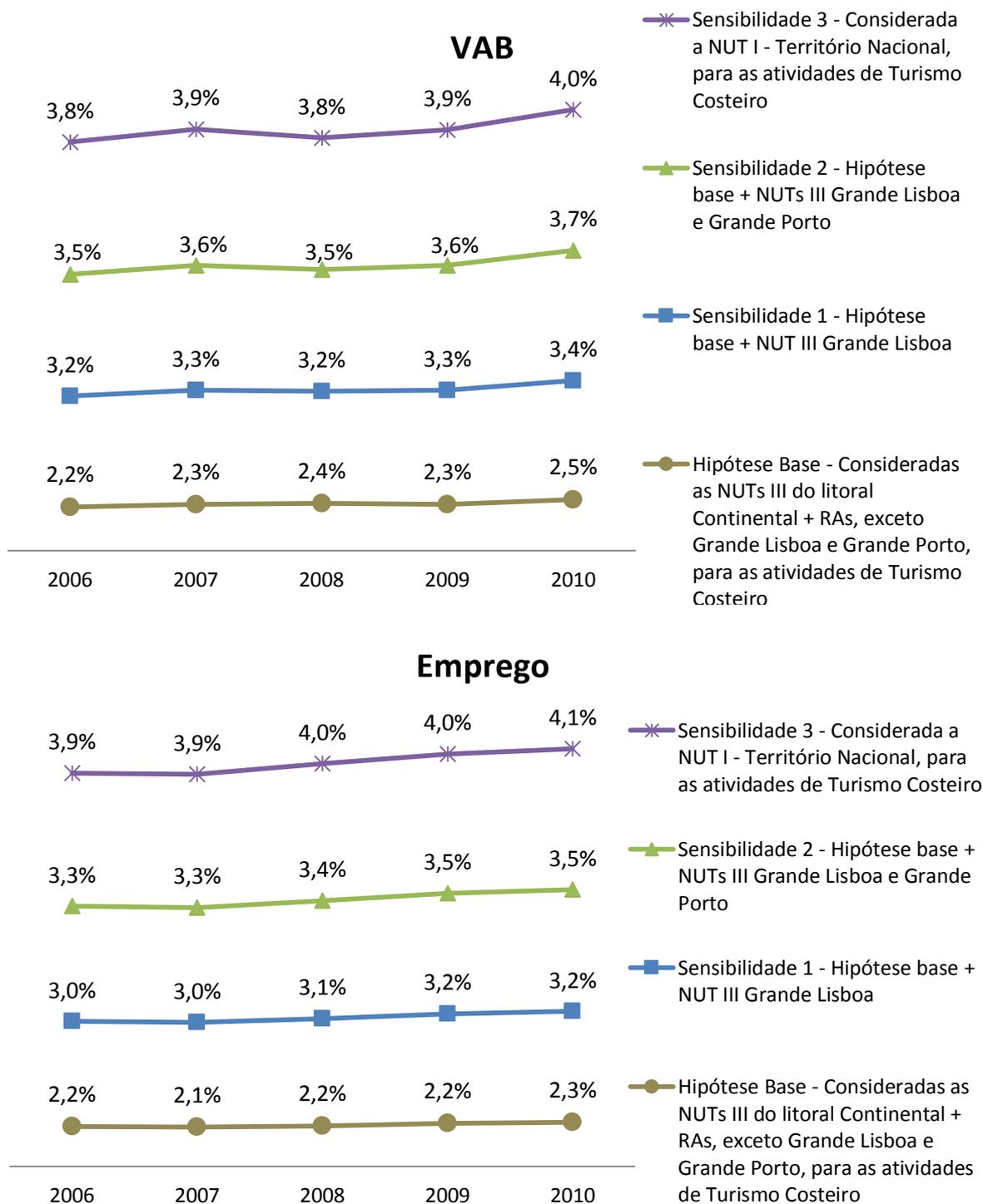
Figura i.3.– Estrutura do VAB e do Emprego subsetorial, 2010



Fonte: DGPM

As análises de sensibilidade efetuadas à atividade de “Turismo e lazer”, diferem no que respeita às NUTs III do litoral englobadas nos cálculos do Turismo costeiro e permitem chegar a um contributo máximo do VAB e do Emprego da economia do mar na economia nacional da ordem dos 4,0% e 4,1%, respetivamente, em 2010 (Figura i.4.).

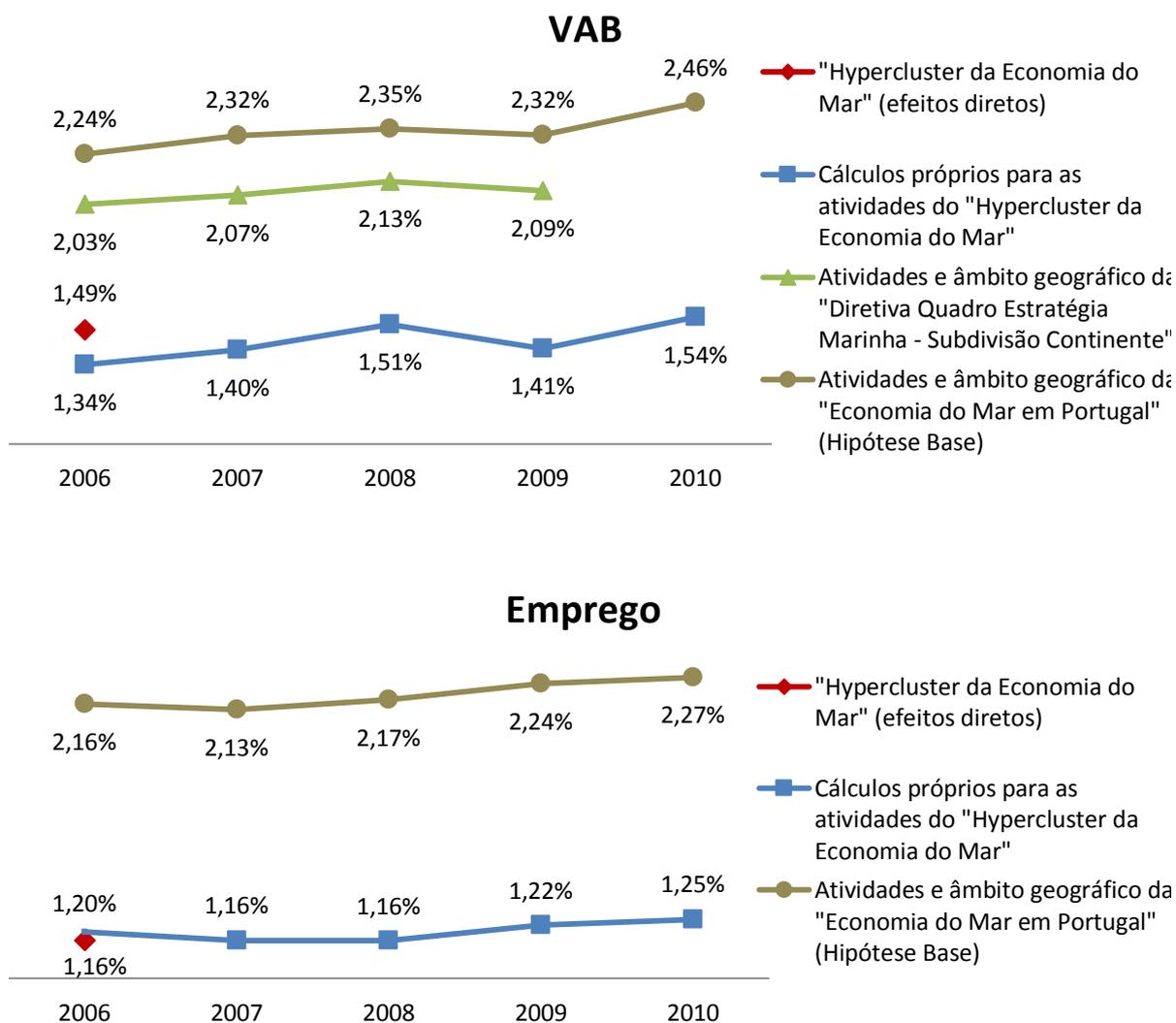
Figura i.4.– Peso da Economia do Mar no VAB e no Emprego nacionais – análises de sensibilidade



Fonte: DGPM

Efetou-se igualmente uma comparação do peso dos usos e atividades da economia do mar no VAB e no Emprego obtidos nesta análise e noutros documentos de referência nacionais (Figura i.5.).

Figura i.5.– Peso da Economia do Mar no VAB e no Emprego nacionais – comparação de vários documentos nacionais de referência



Fonte: DGPM

Apresentam-se de seguida os principais indicadores socioeconómicos e de atividade relativamente aos setores da economia do mar apurados, agrupados por grandes áreas setoriais.

PESCA, AQUICULTURA E INDÚSTRIA DO PESCADO

Pesca comercial

Indicador da atividade (2010): Pescado fresco e refrigerado transacionado nas lotas do continente – 142,7 kton

VAB (2010) – 367,4 M€

Emprego (2010) – 11,3 mil empregados ETC

Produção (2010) – 559,8 M€

Aquicultura

Indicador da atividade (2010): Produção aquícola em águas salgadas e salobras no Continente – 7062 ton

VAB (2010) – 24,3 M€

Emprego (2010) – 2,3 mil empregados ETC

Produção (2010) – 44,2 M€

Industria transformadora dos produtos da pesca e da aquicultura

Indicador da atividade (2009): Volume de produção da indústria transformadora dos produtos da pesca e da aquicultura no continente – 203 kton

VAB (2010) – 371,3 M€

Emprego (2010) – 17,3 mil empregados ETC

Produção (2010) – 1168,8 M€

Apanha de algas e outros produtos para alimentação

Indicador da atividade (2011): Produção de algas no continente – 153,6 ton (peso seco)

VAB (2010) – Valor Incluído na Pesca (pequeno)

Emprego (2010) – Valor Incluído na Pesca (pequeno)

Produção (2010) – 0,2 M€

CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAIS

Construção e reparação navais

Indicador da atividade (2011): Volume de negócios da construção e reparação navais –220 M€

VAB (2010) – 113,4 M€

Emprego (2010) – 4,4 mil empregados ETC

Produção (2010) – 346,2 M€

TRANSPORTES MARÍTIMOS, PORTOS E LOGÍSTICA

Atividade portuária

Indicador da atividade (2011): Movimento de carga nos portos comerciais do continente – 67.076.523 ton
Movimento de navios nos portos comerciais do continente – 10.442 navios

VAB (2010) – 1230,4 M€

Emprego (2010) – 17,7 mil empregados ETC

Produção (2010) – 2571,5 M€

Transporte marítimo

Indicador da atividade (2012): Frota registada no RINM-MAR: 100 armadores nacionais e estrangeiros;
1.001.680 toneladas de porte bruto (TDW); Frota operacional de Bandeira portuguesa, controlada direta ou indiretamente – 33 navios e 165.676 TWD

VAB (2010) – 128,0 M€

Emprego (2010) – 2,7 mil empregados ETC

Produção (2010) – 447,1 M€

TURISMO E LAZER

Turismo e lazer

Indicador da atividade (2011): Taxa líquida de ocupação-cama (%) nos estabelecimentos hoteleiros afetos ao Turismo Costeiro (excluindo Grande Lisboa e Grande Porto e incluindo regiões Autónomas) – 36,9%

VAB (2010) – 1456,6 M€ (~93% Turismo costeiro; ~7% Náutica)

Emprego (2010) – 52,4 mil empregados ETC (~93% Turismo costeiro; ~7% Náutica)

Produção (2010) – 2894,2 M€ (~93% Turismo costeiro; ~7% Náutica)

OBRAS DE DEFESA COSTEIRA

Obras de defesa costeira

Indicador da atividade (maio 2011):– Investimento executado nas prioridades A, B e C do Plano de Ação para o Litoral– 30,6 M€

VAB (2010) – 31,9 M€

Emprego (2010) – 0,5 mil empregados ETC

Produção (2010) – 128,2 M€

EXTRAÇÃO DE SAL MARINHO

Extração de sal marinho

Indicador da atividade (2010): Produção de sal no continente – 44,5 kton

VAB (2010) – 6,9 M€

Emprego (2010) – 0,2 mil empregados ETC

Produção (2010) – 13,8 M€

Para além dos usos e atividades de mercado estabelecidas, foi caracterizado um conjunto de usos e atividades emergentes na economia do mar, ainda sem expressão económica no contexto nacional, nomeadamente: biotecnologia marinha, extração de recursos geológicos não energéticos, exploração/produção de petróleo e gás, energias renováveis e armazenamento de gás.

4. CENARIZAÇÃO

Efetuiu-se um primeiro exercício, ainda que rudimentar, de construção de dois cenários contrastados para a Economia do Mar em Portugal, para apoio à Estratégia Nacional para o Mar (ENM), cujo foco é a “Afirmção da Economia do Mar em Portugal” entendida, nesta primeira abordagem, como a consolidação e projeção de um conjunto de usos e atividades de mercado estabelecidos e emergentes referidos ao longo do relatório.

O horizonte temporal considerado é 2020, uma vez que coincide com o considerado no processo de revisão da ENM 2006, bem como com o horizonte do próximo Quadro Estratégico Comum (QEC) – FEDER, FSE, Fundo de Coesão, FEADER e FEAMP – no período 2014-2020.

No período do exercício de cenarização confrontamo-nos com a dificuldade do horizonte temporal ser demasiado curto (8 anos) para um exercício de cenarização, normalmente efetuado para horizontes mais longos, sobretudo porque, no momento atual, a evolução económica do país se encontra fortemente condicionada pela intervenção externa do Fundo Monetário Internacional, da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu (FMI/CE/BCE), que impõe a Portugal um Programa de Ajustamento Económico em três anos, iniciado em junho de 2011 e que se prevê terminado em julho de 2014 (EC, 2012a). Assim, até 2017, utilizou-se um único cenário quantificado para o PIB, baseado nas projeções macroeconómicas mais recentes daquelas entidades e após 2017 consideraram-se dois cenários contrastados para o PIB nos três anos seguintes.

Relativamente aos usos e atividades ligadas ao mar foi efetuada, numa primeira fase, uma análise qualitativa das tendências futuras relativamente aos usos e atividades da economia do mar, a partir de documentos estratégicos setoriais e do conhecimento empírico dos representantes institucionais dos setores que participaram na elaboração da Estratégia Marinha para a Subdivisão do Continente.

Relativamente à sua evolução recente (2006-2010), nos usos e atividades já estabelecidos destacam-se as seguintes situações:

- Atividades como a pesca, que se mantêm mais ou menos estáveis em termos produtivos e de emprego;
- Atividades como a portuária, os cruzeiros, a aquicultura, a indústria transformadora dos produtos da pesca e da aquicultura e o turismo e lazer, em particular na vertente náutica, apresentam, entre 2006 e 2010, uma tendência de crescimento económico, que se acentuou em 2010, nos casos da atividade portuária, aquicultura, indústria transformadora dos produtos da pesca e da aquicultura, turismo e lazer e cruzeiros. Estas atividades também dinamizam o emprego, em particular nos casos da atividade portuária, do turismo e lazer e da indústria transformadora dos produtos da pesca e da aquicultura;
- Atividades que estiveram em declínio, como o sector da construção, manutenção e reparação naval e que apresentaram uma tendência de recuperação, ao nível do VAB e da produção, até 2008, e do emprego, até 2009, devido às componentes de reparação e manutenção de embarcações, mas que voltaram a apresentar sinais de declínio em 2010.

Quanto aos usos e atividades emergentes em Portugal, com tendência de forte crescimento a prazo, são de realçar as energias renováveis, a exploração/produção de petróleo e gás, caso venham a dar frutos os investimentos efetuados na prospeção, a biotecnologia marinha e a exploração de recursos minerais não energéticos.

A Tabela i.2. e a Figura i.6. ilustram, de forma qualitativa, o ponto de situação e as tendências dos vários usos e atividades setoriais na área do mar.

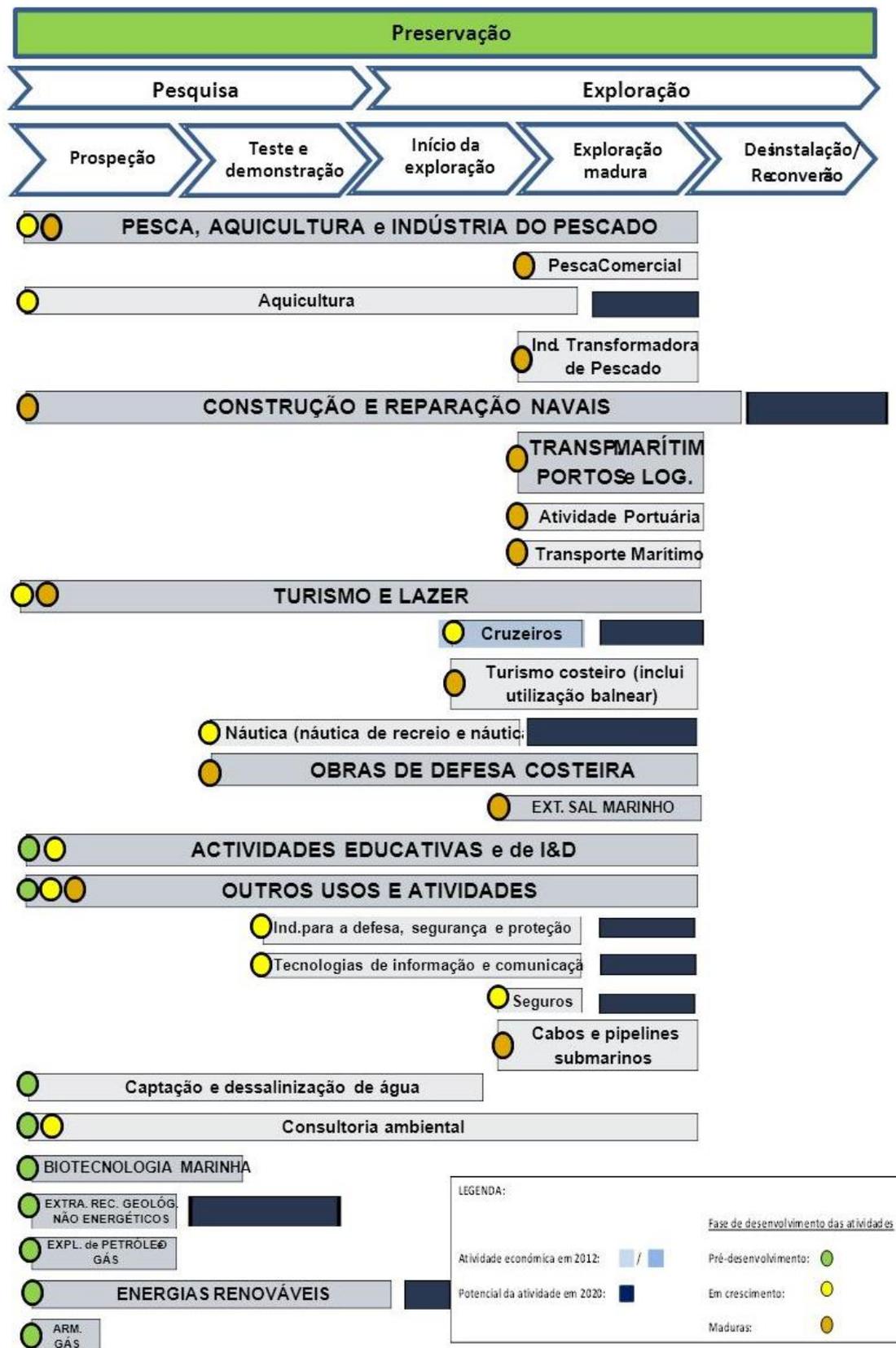
Tabela.i.2 –Dinâmica histórica e das tendências futuras

↑ - aumento; → - estabilização; ↓ - redução (da atividade ou do impacto no meio marinho)

Atividade	Histórico (~1994-2009)		Tendências (~2010-2020)	
	Dinâmica socio-económica	Dinâmica de degradação das águas marinhas	Dinâmica socio-económica	Dinâmica de degradação das águas marinhas
Pesca comercial	↓	→	→	→
Indústria transformadora e da aquicultura	→	→	↑	→
Aquicultura	→	→	↑	→
Apanha de algas e outros produtos para alimentação	↓	→	→	→
Bioprospecção e extração de recursos genéticos.	negligenciável	negligenciável	↑	→
Construção e reparação navais	↓	→	→	→
Atividade portuária	↑	→	↑	→
Transporte marítimo	↑	→	↑	→
Turismo e lazer	↑	→	↑	→
Extração de recursos geológicos não energéticos	negligenciável	negligenciável	↑	→
Extração de sal marinho	→	→	→	→
Pesquisa e exploração de petróleo e gás	↑	negligenciável	↑	→
Energias renováveis	↑	→	↑	→
Obras de defesa de costa, conquista de terras e proteção contra cheias	↑	→	↑	→
Cabos e pipelines submarinos	→	→	↑	→
Captação e dessalinização de água	-	negligenciável	-	→
Imersão de resíduos	-	→	-	→
Descarga de águas residuais	-	↓	-	↓
Armazenamento de gases	negligenciável	negligenciável	negligenciável	negligenciável
Defesa	→	→	→	→
Atividades educativas e de investigação	↑	-	↑	-

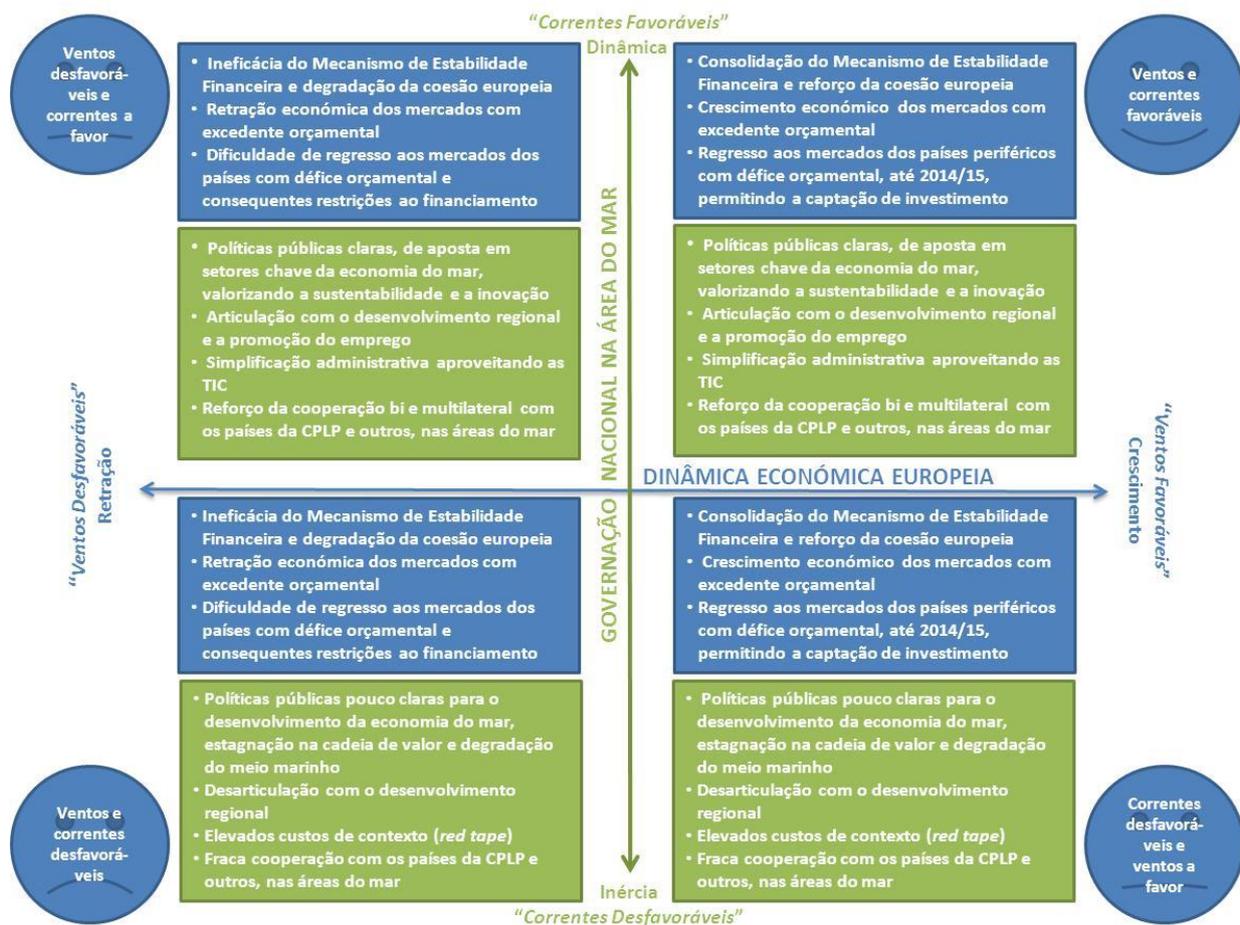
NOTA: Extraído da Estratégia Marinha para a subdivisão do continente (DQEM, 2012)

Figura i.6. - Estádios de desenvolvimento das atividades da economia do mar em Portugal – 2012 e potencial para 2020



No exercício de cenarização efetuado para a economia do mar em Portugal, foram consideradas duas incertezas cruciais ou forças críticas para compreender a dinâmica futura do foco – a afirmação da economia do mar em Portugal: A) a dinâmica económica europeia e B) a Governação nacional na área do mar. O cruzamento dessas incertezas originou quatro configurações de cenários para a Economia do Mar em Portugal (Figura i.7.)

Figura i.7. - Configurações dos cenários para a Economia do Mar em Portugal



Fonte: DGPM

Esta seleção teve por base: 1) o contexto internacional, em particular o europeu, determinante para a evolução da economia do mar em Portugal, já que da configuração deste eixo dependerá a capacidade de investimento e financiamento das atividades, bem como a evolução de grande parte dos mercados exportadores onde Portugal tem vindo a atuar; 2) a governação nacional na área do mar que, no contexto da implementação da Estratégia Nacional para o Mar, poderá ser mais pro-ativa e dinâmica, ou mais passiva e sujeita a inércia.

Associaram-se elementos relacionadas com o mar aos dois eixos caracterizadores das incertezas: os "ventos" à componente externa e as "correntes" à componente interna, definindo igualmente as possíveis configurações.

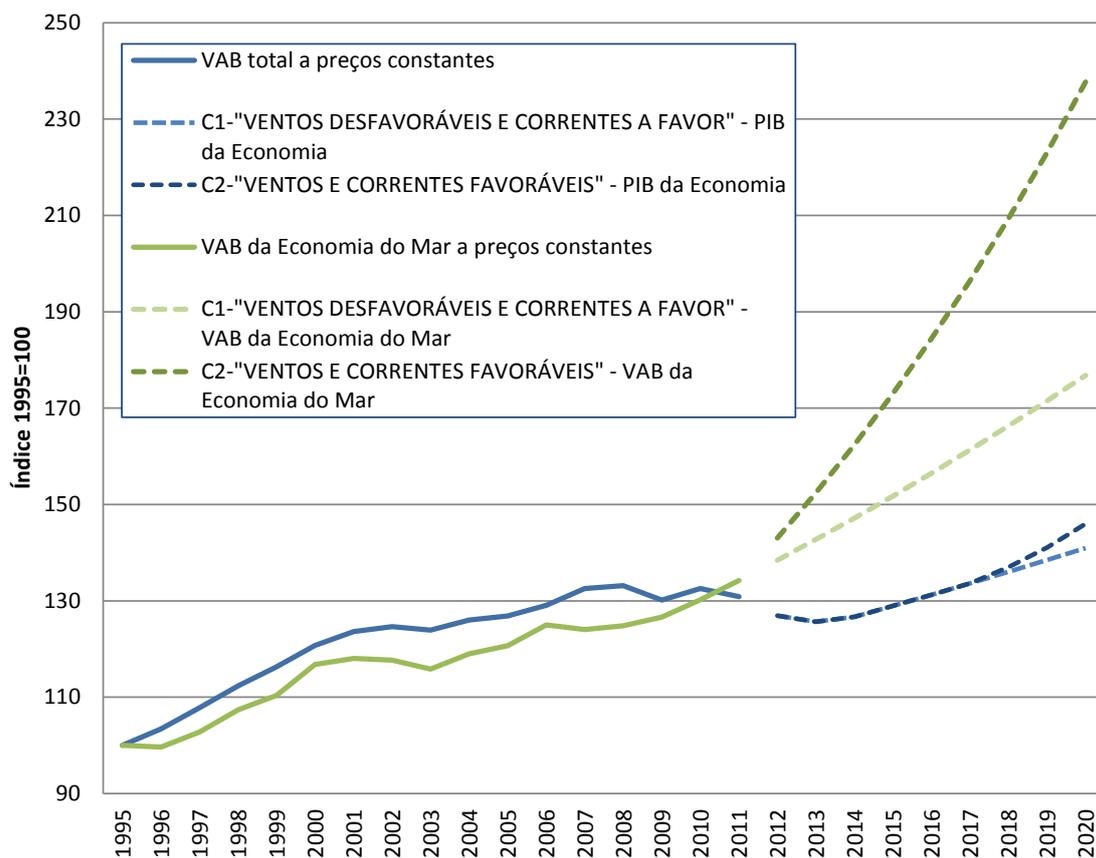
Para efeitos de quantificação e elaboração das narrativas dos cenários, selecionaram-se apenas dois: Cenário C1 – “Ventos desfavoráveis e correntes a favor” e C2 – “Ventos e correntes favoráveis”. Trata-se de dois cenários não totalmente contrastados, na medida em que correspondem aos quadrantes superiores do eixo vertical, da “Governança nacional na área do mar”. Os fundamentos para a consideração de uma “Governança nacional na área do mar” dinâmica, em ambos os cenários, são os seguintes: 1) o facto de existir uma nova estrutura institucional dedicada à integração dos assuntos do mar, designadamente, os órgãos do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, cuja missão se relaciona com o mar, nomeadamente a Direção-Geral de Política do Mar (DGPM), com competências na área estratégica de informação e suporte às políticas e decisões de investimento na economia do mar, bem como outros organismos como a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) e a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC), a que acresce a articulação com a Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar (CIAM), estrutura de reflexão e de decisão estratégica sobre o mar, bem como a procura de um reforço do relacionamento institucional com a sociedade civil e as organizações empresariais; 2) a conceção de uma Estratégia Nacional para o Mar, para alinhamento das opções do passado com a nova política europeia, designadamente a Política Marítima Integrada (PMI) e no que se relaciona com as orientações para o crescimento azul (*Blue Growth*), o desenvolvimento de ações por bacia oceânica (Estratégia do Atlântico) e o respetivo pacote financeiro (que inclui a negociação em curso, do Acordo de Parceria para os fundos comunitários 2014-2020).

- **Cenário C1 - "Ventos desfavoráveis e correntes a favor"** – neste cenário, resultante do cruzamento de uma dinâmica económica europeia em retração, com um forte dinamismo e proatividade interna na governação para a área do mar, o país seguirá uma trajetória de “ajustamento económico gradual”, após 2017, conseguindo dinamizar alguns projetos em redes de parcerias internacionais na área do mar, bem como alguns investimentos privados (designadamente em atividades em crescimento, como a aquicultura, a náutica e os cruzeiros), apesar do contexto de dificuldades de financiamento.
- **Cenário C2 - "Ventos e correntes favoráveis"** – cenário em que se conjugam fatores favoráveis, designadamente uma recuperação da dinâmica económica europeia, que permitirá a Portugal um “boom económico após 2017”, com uma governação interna forte na área do mar que procurará concretizar a visão para o país consignada na Estratégia Nacional para o Mar em toda a sua plenitude, rasgando caminho para novas atividades emergentes, num horizonte temporal mais alargado (biotecnologias marinhas, extração de recursos minerais não energéticos, energias oceânicas), evoluindo na cadeia de valor das atividades estabelecidas (por exemplo na robótica e TICs associadas ao mar), apostando no reforço das competências tecnológicas e das redes de parcerias internacionais, visando a afirmação económica através da exportação de bens e serviços de elevada qualidade.

No Cenário C1 – “Ventos desfavoráveis e correntes a favor” a economia do Mar atinge 2,9% do PIB, em 2020, enquanto num cenário mais otimista C2 – “Ventos e correntes favoráveis” a economia do Mar alcança 3,8% do PIB, em 2020. As evoluções históricas e cenários considerados para o PIB da

economia e para o VAB da economia do mar, estão patentes na Figura i.8. e na Tabela i.3.. Note-se que estes cálculos abrangem apenas os efeitos diretos dos usos e atividades da economia do mar no PIB. A quantificação dos efeitos indiretos e induzidos na economia, não efetuados na presente análise, conduziriam a uma maior contribuição da economia do mar, que importa não minimizar na tomada de decisão.

Figura i.8.- Cenários para o PIB total e para o VAB da Economia do Mar 2020



Fonte: DGPM

Tabela A.2. – Histórico e cenários quantificados para a Economia do mar em Portugal

	Taxas médias de variação anual em volume (%)					
	1995/ 2000	2001/ 2006	2006/ 2010	1995/ 2010	C1 -"Ventos desfavoráveis e correntes a favor"	C2 -"Ventos e correntes favoráveis"
					2011/2020	2011/2020
VAB da Economia	3,8	1,1	0,7	1,7		
PIB da Economia					0,7	1,2
VAB da Economia do Mar	3,2	1,1	1,0	1,6	3,1	6,6

	Peso da Economia do Mar (%)			
	1995	2010	2020	2020
VABpcorr Econ. Mar / VABpcorr Economia	2,1	2,5		
VABpcorr Econ. Mar / PIBpcorr			2,9	3,8

Fonte: DGPM, com base em INE (2012), Contas Nacionais Anuais

O futuro pode ser construído e será bastante influenciado pelas estratégias e políticas implementadas no presente. Os dois cenários considerados têm subjacente um forte empenhamento da governação na área do mar, mas no segundo caso, o grau de exigência é bastante superior, implicando esforços acrescidos de cooperação e diplomacia económica para colocação de Portugal em diferentes “mapas” geoeconómicos, que lhe permitam maior afirmação internacional e captação de interesses para as potencialidades nacionais, designadamente decorrentes do alargamento da extensão da plataforma continental. Os dois cenários exigem uma aproximação da governação aos privados e a outras organizações, nacionais e internacionais, no sentido de captar investimentos, promover negócios e aprofundar conhecimento, rumo à prosperidade.

Num contexto em que se considera desejável que a articulação entre os atores construa e consolide uma visão comum e partilhada para a economia do Mar, a elaboração de cenários poderá constituir um exercício útil de discussão, apropriação e estímulo à implementação da estratégia.

5. SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS

O Mar Portugal, enquanto território em que o recurso é objeto de análise, fornece bens e serviços que podem ser transacionados em mercados estabelecidos e outros bens e serviços que,

embora resultem em bem-estar para a Humanidade, e portanto lhes seja atribuído um determinado valor, não são disponibilizados segundo as regras de mercado. Esta ausência de um preço de mercado associado a certos bens e serviços proporcionados pelos ecossistemas tem por vezes como consequência que não sejam devidamente considerados na tomada de decisão, razão pela qual neste documento é evidenciada a sua importância.

Nos últimos anos a comunidade internacional tem prestado particular atenção aos serviços prestados pelos ecossistemas e a forma como são incorporados na tomada de decisão. O trabalho do *Millenium Assessment*, de 2005, classifica estes serviços em:

- Serviços de provisão (*provisioning services*) – são os mais bem identificados e os exemplos mais óbvios no caso marinho são o peixe e o marisco, mas há a considerar também bioprodutos com aplicação na biotecnologia marinha;
- Serviços de regulação (*regulating services*) - exemplo da regulação do clima ou da decomposição de poluentes;
- Serviços culturais (*cultural services*) – exemplo de valores espirituais, estéticos e recreativos;
- Serviços de suporte (*supporting services*) – estes serviços sustentam praticamente todos os outros serviços pelo que a sua garantia é crucial para a sustentabilidade dos ecossistemas. Exemplos são a produção primária e a garantia de habitat.

Posteriormente, os resultados apresentados no relatório TEEB (*Economics of Ecosystems and Biodiversity*) vieram trazer maior visibilidade e importância ao valor destes serviços.

A ciência económica tem desenvolvido métodos que permitem inferir sobre o valor dos benefícios derivados dos bens e serviços dos ecossistemas que não passam pelo mercado mas ainda são em reduzido número as publicações acerca de ecossistemas marinhos em Portugal.

6. PRINCIPAIS RESULTADOS – CUSTOS DE PROTEÇÃO DO MEIO MARINHO

A caracterização da economia do mar em Portugal foi complementada com uma análise dos custos de proteção do meio marinho, à semelhança do que foi efetuado nos trabalhos decorrentes de aplicação da DQEM em Portugal. Na DQEM foi opção metodológica determinar um custo anual presente de proteção do meio marinho, como uma aproximação dos custos de degradação do meio marinho. O resultado foi essencialmente uma análise qualitativa por dificuldade de informação e respetiva uniformização. Contudo, foi possível determinar um custo anual, que inclui investimentos e custos de exploração, gestão e manutenção para o Continente (*aguarda-se informação das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira*).

Nesta fase foi possível identificar os setores sujeitos a maiores efeitos regulatórios para proteção do meio marinho, e as principais medidas a que estão obrigados neste contexto, apesar das estimativas realizadas, provavelmente avaliados por defeito, serem ainda um primeiro exercício que requer aprofundamento futuro.

Na Tabela i.4. apresenta-se a síntese da estimativa dos custos de proteção do meio marinho da subdivisão do continente (*aguarda-se informação das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira*).

Tabela i.4. - Resumo da estimativa dos custos anuais de proteção do meio marinho incorridos pelos vários setores para proteção do meio marinho na subdivisão do continente

Medida	Custo anual de degradação (10 ⁶ €)	
	Público	Privado
PESCA		
Planos de Ajustamento	4,6	-
Programa Nacional de Recolha de Dados	1,95	-
Medidas de controlo e fiscalização	0,85	-
Subtotal	7,4	-
AQUICULTURA		
Monitorização para a promoção da sustentabilidade e desenvolvimento do setor aquícola	0,5	-
Subtotal	0,5	-
TRANSPORTE MARÍTIMO		
Monitorização/Controlo do Tráfego Marítimo	3,9	-
Plano Nacional de Acolhimento de Navios em Dificuldade	0,04	-
<i>International Oil Pollution Compensation Funds</i>		0,5
Atividade inspetiva da Administração Marítima	0,6	-
Subtotal	4,54	0,5
ATIVIDADES PORTUÁRIAS		
Meios Portuários de Receção de Resíduos Gerados em Navios e de Resíduos da Carga	-	1,9
Gestão de Dragados	2,0	-
Subtotal	2,0	1,9
CONTROLO DE POLUIÇÃO DE ATIVIDADES EM TERRA		
Custos de tratamento e descarga das águas residuais*	-	331,5
Custos ambientais – TRH componente E	-	5,2
Subtotal	0	336,7
PREVENÇÃO E COMBATE À POLUIÇÃO NO MAR		
Plano Mar Limpo (custo operação e manutenção suportados pela DGAM)	1,4	-
Subtotal	1,4	-
Total	15,84	339,1

*Considera-se custo privado atendendo à possibilidade de ser passado, através da tarifa, aos utilizadores dos serviços de drenagem e tratamento de águas residuais.

7. PROPOSTAS DE AÇÃO FUTURA

As principais lacunas de informação encontradas, ao nível da desagregação setorial das Contas Nacionais, só podem ser colmatadas por estimativas mais fiáveis tendo por base o conhecimento dos vários setores e dos detentores do conhecimento do sistema estatístico nacional. Tal implicaria a montagem de inquéritos ou sessões de trabalho específicas para esta análise em particular, ou, numa ótica mais estruturada e permanente, a construção de Contas Económicas do Mar. Seria também importante uma desagregação territorial que individualize a informação relativa ao continente, da que respeita às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

As Contas Económicas do Mar têm a vantagem de permitir adotar uma metodologia uniforme e permanente no tempo, que produza resultados periódicos, coerentes e comparáveis. A envergadura deste tipo de projeto exige uma conjugação de esforços e só será tecnicamente exequível com o apoio das organizações que tutelam a comunidade marítima e a produção de dados estatísticos, bem como com o envolvimento dos privados, designadamente os seus representantes como é o caso da Oceano XXI e do Fórum Empresarial para a Economia do Mar, entre outros.

Propõe-se a conceção de um estudo piloto para o desenvolvimento de uma Conta Satélite para a Economia do Mar, até final de 2013. Este estudo piloto deverá avaliar a exequibilidade de instituir uma Conta Satélite desta natureza com carácter periódico, os custos envolvidos e as alterações que implicará no sistema estatístico. Numa segunda fase, a decorrer até finais de 2016, deverá concretizar-se a implementação da Conta Satélite, de forma a que possa constituir um instrumento analítico dos efeitos diretos, indiretos e induzidos das atividades ligadas ao mar, em termos de valor acrescentado, de emprego e de outros indicadores relevantes.

A informação da Conta Satélite para a Economia do Mar deverá ser complementada com informação adicional indispensável a uma visão integrada e integradora da economia do mar nomeadamente na área dos serviços dos ecossistemas. Num primeiro passo deve ser efetuado um levantamento exaustivo das principais referências publicadas a este nível.

A prospetiva é também uma área do planeamento estratégico a desenvolver no quadro do acompanhamento da ENM. Nesta fase, foi efetuado um primeiro exercício, do qual resultaram dois cenários para a Economia do Mar em Portugal, no horizonte 2020. Esse exercício resultou da 1ª fase de um trabalho que se pretende evolutivo e continuado. Nesta 1ª fase foi efetuada uma abordagem *top-down*, a partir do contexto socioeconómico e geopolítico externo e das perspetivas de desenvolvimento macroeconómico global e para Portugal. Pretende-se, numa 2ª fase, proceder a uma abordagem *bottom-up*, através do desenvolvimento aprofundado das atividades da economia do mar em Portugal.

Assim, propõe a implementação de um projeto de Prospetiva para ação no Mar, que integrará também a vertente socioeconómica, e que se constituirá como um dos projetos estruturantes de apoio à implementação da Estratégia em foco. Este projeto deverá ser desenvolvido, preferencialmente em paralelo com o estudo piloto da Conta Satélite da Economia do Mar, com forte articulação ao setor empresarial e com apoio de peritos da sociedade portuguesa de reconhecido

mérito e com interesse em matérias da economia do mar como vetor estratégico de desenvolvimento para Portugal.

Os cenários agora estruturados deverão servir de base a um processo participativo que envolva atores representativos da economia do Mar, através da elaboração de um plano de entrevistas que permita testar as hipóteses agora propostas e cruzar com uma análise *bottom-up*, dos vários usos e atividades. Essa segunda fase de construção dos cenários deverá incluir, também, uma pré-avaliação de tendências qualitativas em matéria ambiental, para apoio à Diretiva Quadro Estratégia Marinha, orientada para os descritores ambientais. Também as empresas terão um papel fundamental na adoção de políticas ambientais para minimizar os impactes, não impedindo a aposta na produção e criação de emprego. A orientação do processo participativo será no sentido de que um dos cenários, o mais otimista, já pondere também uma visão conservacionista do ponto de vista ambiental, apesar de ser um cenário marcadamente expansionista. Desta interação resultarão novos cenários, mais consolidados e detalhados.

A DGPM, enquanto entidade que “tem por missão desenvolver, avaliar e atualizar a Estratégia Nacional para o Mar”, deverá ser a promotora destes dois projetos procurando a cooperação com as entidades públicas e demais mencionados.

Relativamente aos custos de degradação propõe-se aprofundar a análise efetuada. Contudo, pela análise exaustiva que foi realizada da legislação ambiental aplicável aos setores com potenciais impactos no meio marinho, considera-se que os setores analisados serão atualmente os mais relevantes para a análise dos custos de degradação do meio marinho e que a identificação das medidas aplicadas também abarca o universo relevante do que importa analisar com maior detalhe. A análise mais detalhada dos custos de degradação deve garantir resultados disponíveis até 2015, altura em que deverão estar finalizados os programas de medidas requeridos ao abrigo da DQEM.